

Relação professor-estudante à luz da diversidade sexual e das práticas docentes



Pedro Paulo Souza Rios^{iID}

Universidade Federal do Vale do São Francisco, Senhor do Bonfim, BA, Brasil

José Victor Guedes da Silva^{iiID}

Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA, Brasil

Resumo

Este estudo investiga as relações interpessoais entre professores universitários e estudantes LGBTTQIAPN+ em uma universidade pública do interior da Bahia, Brasil. O objetivo é compreender como os docentes podem promover a inclusão desses estudantes em suas práticas pedagógicas. Foi adotada uma abordagem qualitativa para alcançar esse propósito. Os dados foram coletados por meio de um questionário *online* e analisados utilizando funções do Excel e análise de conteúdo. A discussão dos dados foi orientada por referenciais teóricos sobre educação e sexualidade, com base nos trabalhos de Louro (2001, 2008), Moreira e Silva Júnior (2016), Rios (2022), entre outros. Os principais achados indicam que as experiências desses estudantes são marcadas por desafios relacionados à permanência estudantil, discussões insuficientes sobre sexualidade e formas simbólicas de violências. Este estudo, portanto, contribui para repensar práticas docentes inclusivas nas universidades públicas brasileiras.

Palavras-chave

diversidade sexual; professor; estudante.

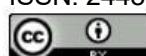
Teacher-Student relationship in the light of sexual diversity and teaching practices

Abstract

This study investigates the interpersonal relationships between university professors and LGBTTQIAPN+ students at a public university in the interior of Bahia, Brazil. It aims to understand how faculty members can foster inclusion of these students within their pedagogical practices. A qualitative approach was employed to achieve this goal. Data were collected through an online questionnaire and analyzed using Excel functions and content analysis. The discussion of findings was guided by theoretical frameworks on education and sexuality, drawing on the works of Louro (2001, 2008), Moreira and Silva Júnior (2016), Rios (2022), among others. Key findings indicate that these students' experiences are marked by challenges related to academic retention, insufficient discussions on sexuality, and symbolic forms of violence. Therefore, this study contributes to rethinking inclusive teaching practices in Brazilian public universities.

Keywords

sexual diversity; teacher; student.



Relación profesor-estudiante a la luz de la diversidad sexual y de las prácticas docentes

Resumen

Este estudio investiga las relaciones interpersonales entre profesores universitarios y estudiantes LGBTTQIAPN+ en una universidad pública del interior de Bahía, Brasil. El objetivo es comprender cómo los docentes pueden promover la inclusión de estos estudiantes en sus prácticas pedagógicas. Se adoptó un enfoque cualitativo para alcanzar este propósito. Los datos se recopilaron mediante un cuestionario en línea y se analizaron utilizando funciones de Excel y análisis de contenido. La discusión de los resultados se basó en marcos teóricos sobre educación y sexualidad, tomando como referencia los trabajos de Louro (2001, 2008), Moreira y Silva Júnior (2016), Ríos (2022), entre otros. Los principales hallazgos indican que las experiencias de estos estudiantes están marcadas por desafíos relacionados con la permanencia académica, discusiones insuficientes sobre sexualidad y formas simbólicas de violencia. Este estudio, por lo tanto, contribuye a replantear las prácticas docentes inclusivas en las universidades públicas brasileñas.

Palabras clave

diversidad sexual; profesor; estudiante.

1 Introdução

O presente artigo é o produto final de uma pesquisa de iniciação científica realizada entre 2023 e 2024, com fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O estudo tem como objetivo geral compreender como os docentes podem promover a inclusão de estudantes LGBTTQIAPN+ em suas práticas pedagógicas em uma universidade pública do interior da Bahia. Ademais, o processo de investigação apresenta os seguintes objetivos específicos: mapear as distintas identidades de gênero e sexualidade dos participantes, descrever os desafios vivenciados pelos colaboradores no campo das práticas pedagógicas e pontuar as perspectivas esperadas pelos discentes em suas relações com os professores.

Vale ressaltar que, após a Segunda Guerra Mundial, surgiram diversos grupos dedicados à defesa dos direitos da população LGBTTQIAPN+. Nesse novo contexto, estabeleceram-se diálogos com diferentes áreas do conhecimento e esferas institucionais, com o objetivo de garantir que esses direitos fossem respeitados. Assim, a segunda metade do século XX e o início do século XXI foram marcados por questionamentos e críticas aos saberes preestabelecidos, que geravam preconceitos e



exclusões à população LGBTTQIAPN+. Com isso, os sujeitos antes segregados e silenciados passaram a reivindicar o reconhecimento e o respeito às suas identidades (Moreira; Silva Júnior, 2016).

Nesse sentido, os processos de educação formal passaram a ocupar um lugar de destaque no debate sobre diversidade sexual e de gênero nas novas configurações sociais, especialmente no período de redemocratização do Brasil, após a ditadura militar dos anos 1970. Sob uma primeira perspectiva, observa-se que, em sociedades heteronormativas, os processos educacionais podem reforçar a exclusão e o apagamento das identidades dissidentes. Em contrapartida, em uma segunda perspectiva, percebe-se que instituições que subvertem a lógica heteronormativa tendem a valorizar e oferecer espaços de formação que contemplam a pluralidade humana (Rios; Cardoso; Dias, 2018).

Desse modo, de acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra, 2022), a compreensão da exclusão de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais/travestis, queer, intersexo, assexuais, pansexuais, não binários e mais (LGBTTQIAPN+) no Brasil pode ser analisada a partir de uma perspectiva estrutural, ou seja, considerando a presença do preconceito de gênero e orientação sexual nas diferentes organizações e instituições sociais. Nesse contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: como se dão as relações interpessoais entre docentes universitários e estudantes LGBTTQIAPN+?

Diante do exposto, comprehende-se que a realização desta pesquisa se justifica por sua capacidade de contribuir para um conhecimento mais aprofundado sobre as dificuldades enfrentadas pelos estudantes LGBTTQIAPN+ no ensino superior. Além disso, ela auxilia a repensar práticas docentes inclusivas nas universidades públicas brasileiras, gerando, assim, reflexões acerca da necessidade de ações que fortaleçam a percepção de pertencimento e a valorização das identidades desses discentes nos espaços formativos.

2 Metodologia

Este processo de investigação científica caracteriza-se como uma pesquisa de campo, com abordagem qualitativa e de natureza descritiva. Considerando que o

propósito deste estudo é examinar a realidade das interações entre docentes e discentes LGBTTQIAPN+, a pesquisa qualitativa mostra-se mais adequada aos objetivos da investigação, pois possibilita a análise dos significados e percepções dos sujeitos envolvidos no processo estudado (Minayo, 2008). Nessa perspectiva, a escolha dessa abordagem não se justifica apenas por sua capacidade de analisar percepções individuais, mas também por permitir a compreensão de fenômenos sociais complexos. Assim, esta abordagem demonstra-se apropriada aos objetivos desta pesquisa, pois o objeto de estudo investigado é socialmente construído e possui dimensões multifacetadas.

Em relação aos participantes, tem-se que a amostra é composta por estudantes matriculados em cursos de graduação ou pós-graduação de uma universidade do interior da Bahia, pertencentes ou não à população LGBTTQIAPN+. Para a coleta dos dados, utilizou-se um instrumento denominado questionário, criado através da plataforma digital Google Forms. Segundo Marconi e Lakatos (2003), esta técnica utilizada na obtenção de dados é organizada por meio de uma série de perguntas ordenadas, em que os participantes podem registrar suas respostas sem a presença de um entrevistador.

A construção do questionário ocorreu em três etapas. Primeiro, os pesquisadores elaboraram 16 itens com perguntas abertas e fechadas relacionadas aos temas da pesquisa; em seguida, o instrumento foi submetido a um pré-teste; e, por fim, o questionário foi divulgado digitalmente em redes sociais acadêmicas e por meio de cartazes com *QR code* distribuídos no espaço universitário. A análise dos dados foi realizada de duas formas: as respostas fechadas foram examinadas por meio de porcentagens calculadas no Excel, enquanto as respostas abertas foram tratadas com base na análise de conteúdo proposta por Mendes e Miskulin (2017).

Assim, a análise de conteúdo gerou duas grandes categorias, as quais são: 1) desafios na relação entre docentes e discentes frente à diversidade de gênero e orientação sexual; e 2) práticas didáticas de silenciamento da diversidade sexual em sala de aula e perspectivas esperadas. Estas categorias são compostas por seis transcrições descritas por seis estudantes. Os relatos dos discentes serão identificados com nomes de cidades baianas, que são Salvador, Mucugê, Andaraí, Juazeiro, Ipirá e Remanso. Além disso, é importante ressaltar que esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da instituição de ensino superior onde os dados foram coletados.

3 Resultados e discussão

3.1 Mapeamento do perfil socioeconômico dos estudantes e percepção sobre as políticas de permanência: entre vivências e desafios

A contemporaneidade é marcada pela emergência de novas identidades que desafiam os padrões hegemônicos, desse modo, temas como masculinidades, identidade de gênero, orientação sexual, raça e etnia passam a ocupar espaços antes interditados. Mesmo diante dessas novas perspectivas, ainda predominam discursos que produzem exclusão e sofrimento entre grupos historicamente segregados (Moreira; Silva Júnior, 2016). Nesse contexto, emergem propostas teóricas que buscam construir novas epistemologias capazes de desconstruir as esferas de dominação sobre as identidades contemporâneas.

Nessa perspectiva, buscou-se compreender como a diversidade sexual se manifesta na universidade em que os dados foram coletados e como esta diversidade é contemplada na atuação docente. Para isso, traçou-se o perfil dos estudantes participantes da pesquisa. As informações foram coletadas entre 21 de novembro de 2023 e 30 de abril de 2024, totalizando 79 respondentes, com idades entre 17 e 44 anos e média de 22 anos. A Tabela 1 sintetiza esses dados.

Tabela 1 – Perfil da idade dos participantes

Anos	Quantidade	Porcentagem
17	1	1%
19	10	13%
20	12	15%
21	12	15%
22	15	19%
23	6	8%
24	4	5%
25	5	6%
26	4	5%
27	2	3%
28	1	1%
29	4	5%
31	2	3%
44	1	1%
Total	79	100%

Fonte: Os autores (2024).

Ademais, a tabela de autodeclaração de raça e etnia revela que 43% dos discentes se identificaram como pardos, 25% como pretos e 32% como brancos. Além disso, é importante destacar que não houve registro de respostas nas categorias referentes à população indígena e quilombola.

Tabela 2 – Perfil de autodeclaração quanto à raça/etnia dos participantes

Raça/Etnia	Quantidade	Porcentagem
Preto	20	25%
Pardo	34	43%
Branco	25	32%
Amarelo	0	0%
Indígena	0	0%
Quilombola	0	0%
Total	79	100%

Fonte: Os autores (2024).

Com base na Tabela 2, observa-se que os dados refletem o resultado da luta constante dos movimentos e organizações da população negra, que, durante muito tempo, reivindicaram a ocupação de espaços formativos. O fruto dessas reivindicações resultou nas políticas afirmativas de acesso ao ensino superior para estudantes negros, implementadas a partir do início do século XXI (Lacerda; Almeida, 2021). No entanto, é importante destacar que garantir o acesso não é suficiente, é necessário assegurar uma permanência de qualidade para esses estudantes, pois eles enfrentam vivências relacionadas a questões de raça e segregação pela heteronormatividade.

Nesse contexto, pressupõe-se que, além das variáveis de raça e etnia, outros fatores influenciam o acesso e a permanência dos discentes LGBTTQIAPN+ na universidade. Para compreender esses fatores, apresentam-se alguns dados que ilustram tal impacto. Segundo Lacerda e Almeida (2021), aspectos como condições financeiras, necessidade de trabalhar e tempo dedicado às demandas acadêmicas interferem na continuidade da formação. Conforme mostra a Tabela 3, 38% dos estudantes recebem apoio financeiro familiar, 32% se mantêm por meio de bolsas estudantis, 23% se sustentam com recursos próprios e 8% com outros tipos de recursos.



Tabela 3 – Origem dos recursos financeiros dos estudantes

Recursos financeiros	Quantidade	Porcentagem
Familiares	30	38%
Bolsas estudantis	25	32%
Próprios	18	23%
Outros	6	8%
Total	79	100%

Fonte: Os autores (2024).

Sob essas circunstâncias, é importante salientar que as bolsas estudantis e políticas de permanência desempenham um papel crucial na manutenção da presença dos estudantes LGBTTQIAPN+ na universidade. Por isso, essas ações devem ser sensíveis e atentas às diversas determinações sociais que podem aumentar as exclusões na formação desses discentes. Nesse sentido, foi questionado aos participantes se eles consideravam as políticas de permanência efetivas para garantir a continuidade na formação. De acordo com o Gráfico 1, 89% relataram que as políticas não são efetivas, enquanto 11% as consideraram efetivas.

Gráfico 1 – Percepção dos estudantes acerca das políticas de permanência estudantil

Fonte: Os autores (2024).

Em síntese, tem-se que as vivências e alguns dos desafios enfrentados pelos estudantes LGBTTQIAPN+ estão relacionados à importância do fortalecimento das ações que garantam o ingresso, a continuidade e a conclusão da formação desses discentes. Essa constatação é evidenciada pela margem de desaprovação da efetividade das políticas de permanência pelos respondentes.

3.2 Mapeamento das diversidades de gênero e sexualidade e suas interfaces com a prática docente

A educação formal pode ser entendida como o conjunto de práticas realizadas em instituições de ensino, por meio de conteúdos programáticos e técnicas de aprendizagem, contudo a vida cotidiana dos sujeitos também é permeada por diversas práticas pedagógicas que ocorrem fora da sala de aula, em diferentes espaços de interação. Em outras palavras, essas pedagogias cotidianas disseminam aprendizagens culturalmente aceitas como o padrão a ser seguido (Louro, 2008).

A partir dessa constatação, o exame crítico das práticas pedagógicas permite revelar os fatores culturais que moldam o comportamento humano, antes ocultos pela percepção cotidiana. Nesse sentido, o que era visto como natural passa a ser compreendido historicamente, possibilitando identificar a origem dos discursos que orientam a aprendizagem. Assim, as categorias de gênero e orientação sexual foram, por muito tempo, difundidas como constituições naturais do ser humano e as prescrições sobre o que significa ser mulher ou homem estavam inseridas em uma perspectiva naturalizante (Louro, 2018).

Nesse contexto, a emergência de grupos com uma visão analítica e crítica da realidade fez com que os saberes antes cristalizados e compreendidos como a única verdade passassem por um processo de desestabilização. Em decorrência disso, novas formas de viver foram difundidas, não mais atreladas às normas das instituições socialmente consagradas. Isso fez surgir um novo sujeito, capaz de ressignificar seus comportamentos, livre das amarras instituídas sobre o que é gênero e do padrão heteronormativo (Louro, 2008).

O estudo de Rios, Cardoso e Dias (2018), entretanto, evidencia que as práticas pedagógicas, ou seja, a organização e o planejamento do aprendizado, ainda reproduzem a valorização do gênero a partir de moldes dicotômicos, privilegiando a sexualidade heterossexual. Isso gera processos didáticos que desconsideram outras formas de relações humanas e favorece a manifestação de segregação, homofobia e violência física e simbólica nos espaços educativos. Dessa forma, torna-se relevante

investigar como a diversidade sexual e de gênero se manifesta no *campus* estudado e como essas temáticas são abordadas pelos docentes universitários.

Assim, os participantes foram questionados sobre sua identificação de gênero no momento da pesquisa, considerando o conceito de gênero como construção histórica, social e cultural, e não sob uma perspectiva naturalizante (Gonçalves, M.; Gonçalves, J., 2021). A Tabela 4 apresenta os resultados, mostrando que 48% se identificaram como mulheres cis e 43% como homens cis, ou seja, sujeitos alinhados às construções históricas de seu sexo biológico. A categoria homem trans correspondeu a 4%, enquanto as demais identidades representaram 1% cada.

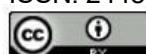
Tabela 4 – Identidade de gênero dos discentes

Gênero	Quantidade	Porcentagem
Mulher cis	38	48%
Homem cis	34	43%
Mulher trans	1	1%
Homem trans	3	4%
Travesti	1	1%
Não binário	1	1%
Agênero	1	1%
Total	79	100%

Fonte: Os autores (2024).

Os dados apresentados na Tabela 4 chamam a atenção pela baixa presença de estudantes trans e travestis entre os respondentes. Esses dados estão de acordo com as teorias de Lacerda e Almeida (2021), que defendem que a transfobia, perpetrada pela exaltação da heterossexualidade, acaba por afastar os discentes trans do ambiente educacional. Assim, a escola e a universidade podem atuar por meio do silenciamento das identidades não hegemônicas. Dessa forma, esses sujeitos, ao estarem nesses espaços, acabam vivenciando experiências de medo e de vergonha por não poderem expressar livremente suas identidades (Lemos, 2021).

Ademais, outro questionamento abordado foi sobre a orientação sexual dos colaboradores. Esta pode ser conceituada como a direção dos desejos, afetos amorosos e sexuais entre as pessoas (Gonçalves, M.; Gonçalves, J., 2021). Nessa perspectiva, a Tabela 7 mostra que, entre os 79 participantes, 35% se identificaram como bissexuais,



25% como gays, 23% como heterossexuais, 10% como lésbicas, 5% como pansexuais e 1% como pertencente a outras orientações.

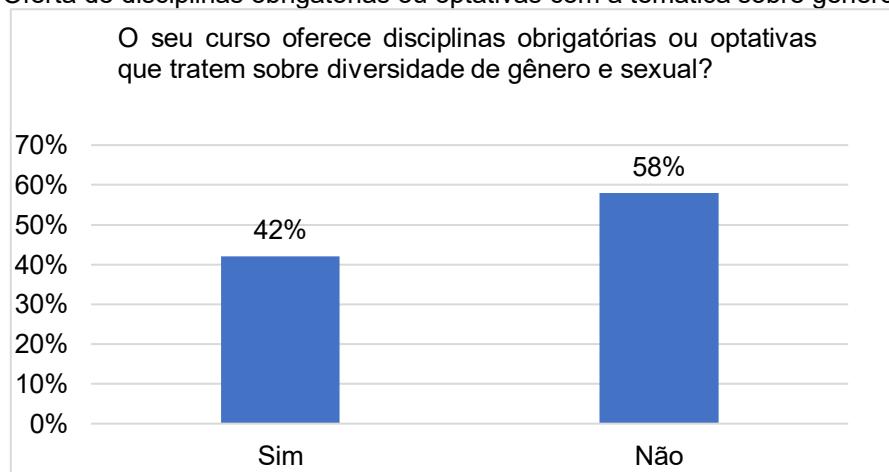
Tabela 5 – Orientação sexual dos estudantes

Orientação sexual	Quantidade	Porcentagem
Bissexual	28	35%
Gay	20	25%
Heterossexual	18	23%
Lésbica	8	10%
Pansexual	4	5%
Outro	1	1%
Total	79	100%

Fonte: Os autores (2024).

Diante disso, com base em Moreira e Silva Júnior (2016), os currículos dos processos formativos são constantemente chamados a abordar temas considerados relevantes por diferentes atores sociais. Nesse contexto, estudiosos como Rios, Cardoso e Dias (2018) defendem veementemente a inclusão das categorias de gênero e sexualidade nos currículos. Assim, questionou-se os estudantes sobre a existência de disciplinas, obrigatórias ou optativas, que abordassem essas temáticas em seus cursos.

Conforme os dados obtidos, verifica-se que 58% apontaram que seus cursos não ofereciam disciplinas com essa temática, enquanto 42% afirmaram o contrário. O Gráfico 2, apresentado a seguir, resume essas informações.

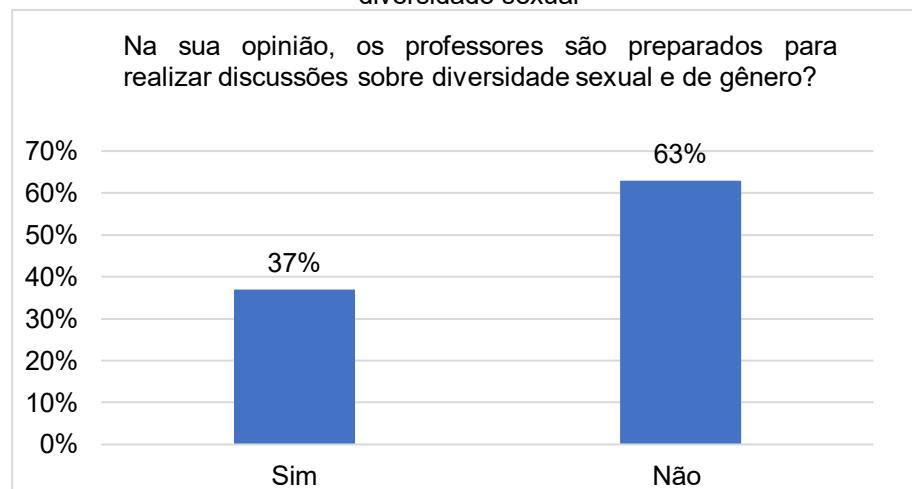
Gráfico 2 – Oferta de disciplinas obrigatórias ou optativas com a temática sobre gênero e sexualidade

Fonte: Os autores (2024).

Os dados, apresentados anteriormente, sobre a presença de componentes curriculares voltados às discussões sobre diversidades sexuais revelam o caráter conflituoso das propostas educacionais. Nesse contexto, as práticas pedagógicas tendem a reforçar a visão de mundo do homem branco, europeu, heterossexual e cisgênero, ideologia das classes dominantes (Rios; Cardoso; Dias, 2018), contudo os sujeitos presentes nos espaços educacionais são plurais e diversos, mas suas vozes e identidades são frequentemente silenciadas por práticas desconectadas de sua realidade.

Junto aos dados anteriores sobre os currículos, o Gráfico 3 nos leva a concluir que muitos docentes não estão adequadamente preparados para conduzir discussões sobre gênero e diversidade sexual, já que 63% dos discentes afirmaram que os professores não possuem formação adequada para tal, em contraste com os 37% que afirmaram o contrário.

Gráfico 3 – Percepção dos estudantes sobre a preparação dos docentes ao realizarem discussões sobre diversidade sexual



Fonte: Os autores (2024).

Destaca-se, portanto, que a formação de futuros docentes universitários deve ser repensada sob a perspectiva da responsabilidade social, pois pode contribuir para a desconstrução de preconceitos historicamente perpetuados no Brasil. Os dados apresentados no Gráfico 3 reforçam a necessidade de debates sobre a formação docente e a criação de estratégias de formação continuada que contemplam as singularidades dos estudantes. Assim, será possível que os professores realizem reflexões mais aprofundadas sobre gênero e sexualidade.

As informações obtidas na primeira parte da análise dos dados, advindas do mapeamento, indicam que ainda são necessárias novas discussões sobre como retirar as identidades dissidentes do campo do silenciamento. Observa-se que a população LGBTTQIAPN+ está presente na instituição e possui demandas específicas e singulares, não apenas em relação às práticas pedagógicas, mas também em relação à garantia de direitos e à permanência no espaço universitário.

3.3 Desafios na relação entre docentes e discentes frente à diversidade de gênero e orientação sexual

Ao discutir a diversidade de gênero e de sexualidade na universidade, observa-se que as vivências de estudantes LGBTTQIAPN+ podem ser marcadas por diversas dificuldades. Isso reflete as violências historicamente enfrentadas por esse grupo, tanto em espaços educacionais formais quanto fora deles. Nesse contexto, em uma sociedade permeada por convenções heterossexuais e patriarcas, as relações entre docentes e estudantes podem ser influenciadas por mecanismos preconceituosos em relação às identidades não hegemônicas.

A partir dessa constatação, esta pesquisa buscou captar as percepções de estudantes LGBTTQIAPN+ sobre a qualidade das relações com os professores. Essa análise é relevante, pois ambientes acolhedores e sensíveis aos sofrimentos, decorrentes dos preconceitos de gênero e de orientação sexual, contribuem para que os educandos se sintam pertencentes ao espaço universitário. Além disso, tais espaços favorecem a reflexão sobre as raízes sociais da exclusão dos grupos minoritários, estimulando a participação nos processos de transformação social. Nesse contexto, o estudante Salvador (informação obtida por meio do questionário), ao relatar sua percepção sobre as relações, destacou:

Partindo do ponto de vista de um homem trans que passou pela transição durante o curso e que por 3 anos era o único homem trans na universidade, vivenciei os dois opostos: professores acolhedores e abertos ao diálogo com a realidade sexual e de gênero na universidade e professores LGBTfóbicos. Então, numa visão geral do que já passei, a maioria respeita, mas não discutem isso no espaço acadêmico.

Com base no relato do estudante Salvador, observa-se que as relações entre professores e discentes da população ocorrem de diversos modos. Embora existam



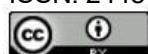
docentes respeitosos, ainda há aqueles que reproduzem exclusões por meio das relações interpessoais. Ademais, o discurso do universitário também aponta para a inexistência de discussões sobre a temática de gênero e diversidade sexual, indo na contramão do que é proposto por Rios (2022), que frisa a importância da discussão desses temas para contribuir com o rompimento do silenciamento histórico imposto aos corpos com sexualidades diversas.

De acordo com Louro (2001), a população LGBTTQIAPN+ foi, por um longo período, marcada por sentimentos de vergonha e de abjeção, entretanto o surgimento de novos discursos afirmativos dessas identidades possibilitou a transição da vergonha para o orgulho de expressar quem se é. Nesse contexto, a educação inclusiva não se sustenta apenas em relações respeitosas ou na neutralidade sobre o tema, mas também em ações que desconstruam os conhecimentos dominantes sobre gênero e sexualidade. Ainda assim, o relato do estudante Mucugê (informação obtida por meio do questionário) evidencia que esse percurso ainda é longo, ao afirmar:

Na minha percepção, a relação docente-discente frente a essa temática poderia ser mais potente se os/as professores/as se apropriarem de uma forma adequada sobre as discussões que envolvem diversidade de gênero e sexual. Percebo que em muitos casos essas discussões são marginalizadas.

A contribuição do estudante Mucugê ajuda na reflexão de que, em algumas circunstâncias, as relações que ocorrem entre os professores universitários e os discentes não conseguem propor mudanças no cenário social brasileiro. Tal constatação faz com que a população em discussão continue no campo da subalternização, pois os processos formativos fingem que essa diversidade não existe. Nesse sentido, é crível dizer que, em muitos casos, o encontro interpessoal no ambiente acadêmico não potencializa a construção de subjetividades que se rebelem contra o sistema imposto (Moreira; Silva Júnior, 2021).

Ao abordar o movimento que limita as práticas inclusivas na educação, Louro (2001) afirma que o desconhecimento ou despreparo dos formadores sobre gênero e sexualidade não é neutro nem fruto de ignorância casual. Segundo a autora, essas lacunas refletem as normas socialmente aceitas em relação às relações amorosas e sexuais. Assim, ao desconsiderarem outras formas de amor e sexualidade, os docentes contribuem para a manutenção do *status quo* social. Essa perspectiva é evidenciada



pelo relato do estudante Andaraí (informação obtida por meio do questionário) sobre as relações com os professores:

Alguns docentes aquecem o coração de qualquer um que faça parte da comunidade LGBTTQIAPN+, sempre trazendo essa discussão para a sala de aula de forma super respeitosa e didática; outros tentam fazer o mesmo, mas acabam falhando por falta de domínio sobre o assunto; e outros não sabem, não querem saber e têm raiva de quem sabe. Às vezes, há aceitação na sala de aula, mas, às vezes, é só uma homofobia que sequer se dá o trabalho de se mascarar.

O relato de Andaraí aponta aspectos positivos nas relações com os professores, ao destacar docentes que promovem reflexões em sala de aula sobre os temas em discussão. Segundo ele, essas práticas fortalecem seu sentimento de pertencimento ao meio acadêmico, especialmente quando afirma que “[...] aquecem o coração de qualquer um [...]”, o que reforça a defesa de Ribeiro, Oliveira e Ramos (2021) sobre a importância da afetividade na qualidade da aprendizagem. O mesmo relato, entretanto, evidencia professores que demonstram falta de letramento sobre diversidade sexual, o que, segundo Louro (2008), não é um desconhecimento ingênuo, mas resultado das macroestruturas que sustentam uma sociedade *LGBTTQIAPN+fóbica*.

Consequentemente, os dados da primeira categoria de análise de conteúdo revelam duas noções sobre a relação entre professores e estudantes quanto a gênero e diversidade sexual. Por um lado, há docentes comprometidos com a transformação social, promovendo aulas que questionam desigualdades e violências enfrentadas por estudantes gays, lésbicas, travestis e transexuais. Por outro, existem professores alinhados à neutralidade ou despreparo, que acabam gerando exclusão. Esses achados corroboram a teorização de Rios, Cardoso e Dias (2018), que aponta a coexistência de atitudes afirmativas e ações preconceituosas voltadas para a população LGBTTQIAPN+.

3.4 Práticas didáticas de silenciamento da diversidade sexual em sala de aula e perspectivas esperadas

Por muito tempo, os currículos valorizaram o pensamento e o conhecimento dos colonizadores europeus, contudo o fortalecimento das teorias identitárias impulsionou a inclusão de temas como gênero, orientação sexual e raça nas práticas de ensino e de

aprendizagem (Rios, 2022). Essa mudança tem por objetivo demonstrar as raízes das opressões vividas por diversos grupos e fortalecer as vivências de novas identidades. Nessa perspectiva, os professores são convocados a adotar uma postura transgressora, rompendo paradigmas excludentes e valorizando o que desafia certezas cristalizadas.

Em consonância com esse ponto de vista, investigou-se a percepção dos estudantes frente a essa atitude de promoção de espaços transformadores em relação à discussão de gênero e de sexualidade por meio das práticas didáticas. A partir disso, o estudante Juazeiro (informação obtida por meio do questionário) relatou sua experiência da seguinte maneira:

De certa forma, acho que o movimento é invisibilizado, pois se discute, em alguma medida, a diversidade sexual, porém relacionada a grupos específicos (hetero e homo). Quanto ao que resta em diversidade sexual, não vejo ser muito discutida e raramente são discutidas questões de gênero na graduação. As pessoas que discutem esses assuntos buscam projetos exteriores às aulas por interesse próprio, o que é ótimo, mas difundem pouco as discussões em espaços mais gerais. Além disso, percebo a questão sendo trazida/citada mais por discentes do que por docentes.

Diante do exposto, nota-se no discurso do estudante o silenciamento das temáticas sobre as diversidades em sala de aula. A fala do colaborador indica que os métodos de ensino dos professores ainda são tímidos, no sentido de que não estabelecem uma postura ética, filosófica e política que transgrida os limites didáticos, considerados padrões a serem seguidos. Assim, o ambiente universitário atua como um poder que reproduz a macroestrutura social de apagamento da história desses estudantes, já que suas narrativas e vivências não cabem nas salas de aula (Rios, 2022).

De acordo com Moreira e Silva Júnior (2016), uma das perspectivas de mudança em relação a esse silêncio é justamente a promoção do desmantelamento e da desorganização dos discursos que foram historicamente essencializados e entendidos como apartados da história. Dessa maneira, os formadores universitários contribuiriam para o forjamento de mentes capazes de propor mudanças no cenário brasileiro, ao pensarem a realidade por meio de novas perspectivas que podem ser consideradas proibidas justamente por seu teor transformador. O estudante Remanso (informação obtida por meio do questionário), entretanto, aponta que:

Em geral, os docentes aparentemente não se sentem confortáveis em transversalmente discutir questões de diversidade sexual e de gênero, talvez por ser um tema sensível e que pode gerar polêmicas na sala de aula. Por outro lado, já tive a infeliz oportunidade de ver professor fazendo piada do pensador que estávamos estudando, que era gay assumido, e foi a única vez que vi ele fazendo piada sobre a sexualidade de um autor que estava sendo trabalhado (todos os outros eram cis e heterossexuais). Parece que, quando há algum estudante trans, os professores atualmente costumam tomar mais cuidado, talvez por causa do receio de serem acusados de transfóbicos e isso gerar desgaste para eles.

A contribuição desse discente evidencia que, junto ao silenciamento, também está a ridicularização das diversidades sexuais na universidade. Isso corrobora a defesa de Rios (2022), que teoriza sobre as violências simbólicas que fazem com que as identidades subversivas sejam menosprezadas, contribuindo para que esses estudantes não se sintam seguros em expressar suas individualidades e dificuldades. Essa constatação também enfraquece o caráter afetivo entre professor e educando, tão necessário para a assimilação e a aprendizagem dos conteúdos apresentados em aula (Ribeiro; Oliveira; Ramos, 2021).

Nessa perspectiva, os processos formativos e didáticos acabam favorecendo a negligência e o silenciamento das vozes que questionam o pensamento cis-heteropatriarcal. O estudante Ipirá (informação obtida por meio do questionário) sintetiza essa ideia ao afirmar que “[...] muito se mascara fazer, muito se diz lutar para combater opressão, mas, na realidade, há mais silenciamento e tentativa de omissão do que proatividade na resolução de casos como assédio, machismo, LGBTQI+fobia”. Seu relato evidencia que as práticas docentes ainda se distanciam de uma formação emancipadora, transgressora e inclusiva das diversidades.

Diante disso, é necessário adotar novas formas de educar que considerem as diversidades de gênero e orientação sexual presentes na universidade. Defende-se, assim, o desenvolvimento de práticas curriculares que acolham as singularidades, reconheçam as multiplicidades e promovam a abertura para repensar caminhos, buscando relações mais saudáveis no ambiente acadêmico. Essas práticas devem evitar a reprodução do sujeito normativo e incentivar uma postura crítica diante da realidade, possibilitando a construção de novas formas de existir com orgulho e sem medo.

Por fim, com o objetivo de sintetizar os resultados obtidos nos quatro eixos desta pesquisa, apresenta-se a seguir um quadro que relaciona as categorias de resultados às respectivas sínteses.

Quadro 1 – Síntese dos resultados

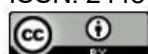
Categoria dos resultados	Síntese
Mapeamento do perfil socioeconômico dos estudantes e percepção sobre as políticas de permanência.	Os resultados apontam para a fragilidade das políticas de permanência estudantil, sendo necessárias ações para o fortalecimento na garantia de continuidade na formação.
Mapeamento das diversidades de gênero e sexualidade e suas interfaces com a prática docente.	Os resultados demonstram para a necessidade de ampliar os debates voltados à visibilidade e ao reconhecimento das identidades dissidentes por meio das práticas docentes.
Desafios na relação entre docentes e discentes frente à diversidade de gênero e de orientação sexual.	As informações obtidas sinalizam para a existência de docentes que promovem a inclusão dos estudantes, no entanto também existem professores que acabam reproduzindo processos de exclusão e preconceitos.
Práticas didáticas de silenciamento da diversidade sexual em sala de aula e perspectivas esperadas.	Os dados apontam para práticas de silenciamento das discussões relacionadas à diversidade sexual. Enquanto perspectivas esperadas, há a defesa de práticas curriculares e didáticas que valorizem a multiplicidade das identidades de gênero e de orientação sexual.

Fonte: Os autores (2024).

5 Considerações finais

A análise realizada nesta pesquisa envolveu a seleção de dados do mapeamento do perfil dos estudantes LGBTTQIAPN+ e registros das percepções em relação às práticas didáticas dos docentes universitários. O objetivo dessa atividade foi compreender como os professores podem promover a inclusão desses discentes em suas práticas pedagógicas.

Entre os principais resultados, destaca-se que os educandos que participaram da pesquisa enfrentam desafios relacionados à garantia de permanência no ambiente universitário. Os resultados demonstraram que a permanência universitária associa-se com diversas variáveis, incluindo identidade de gênero, orientação sexual, raça e origem dos recursos financeiros dos estudantes. Esses achados apontam para a necessidade de que os gestores universitários reflitam sobre a responsabilidade social da



universidade diante das necessidades desses alunos, considerando que o sistema educacional brasileiro é permeado por inúmeras desigualdades sociais.

Ademais, foi possível observar que a relação entre professores e estudantes LGBTTQIAPN+ ocorre de maneira diversa. Foram identificadas práticas didáticas que cumprem o papel social de mitigar o preconceito e a discriminação contra essa população, por meio de discussões teóricas propostas em algumas disciplinas. Também foi notado, no entanto, que alguns docentes não possuem o preparo teórico adequado para conduzir essas discussões em sala de aula.

Dessa forma, os principais desafios enfrentados por esses estudantes em relação às práticas pedagógicas estão associados ao predomínio da visão heteronormativa presente nos currículos acadêmicos e nas práticas dos docentes. Essa afirmação se justifica, pois o currículo é compreendido como um campo de embates e as formações docentes geralmente não consideram a pluralidade que permeia as salas de aula nas universidades. Como consequência, muitas práticas pedagógicas podem reforçar as violências simbólicas vivenciadas pela população LGBTTQIAPN+.

Nessa perspectiva, as implicações desta pesquisa para a formação docente e para a gestão universitária residem na necessidade de articular diferentes setores institucionais para construir reflexões que tornem o ambiente universitário mais acolhedor a essa população. Assim, é fundamental incluir mais disciplinas que tratem de gênero e orientação sexual nos currículos, promover formação continuada para docentes e servidores e fortalecer as políticas afirmativas e de permanência. Assim, recomendam-se a criação e a ampliação de canais de acolhimento, espaços culturais que valorizem as identidades sexuais e suporte material que favoreça a permanência estudantil.

Embora esta pesquisa tenha ampliado as discussões sobre gênero e diversidade sexual no ambiente educacional, apresenta algumas limitações. Dentre as limitações, destaca-se que o número reduzido de respostas ao questionário indica a necessidade de novos estudos com métodos que alcancem mais participantes. Também se recomenda a realização de pesquisas que investiguem as percepções docentes sobre o tema e o desenvolvimento de tecnologias aplicadas, como programas de formação continuada e de avaliação e aperfeiçoamento das políticas afirmativas e de permanência.

6 Referências

ANTRA. *Dossiê de mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil*. [S. I.]: Antra, 2022.
Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/>. Acesso em: 12 set. 2023.

GONÇALVES, M. C.; GONÇALVES, J. P. Gênero, identidade de gênero e sexualidade: conceitos e determinações em contexto social. *Revista Ciências Humanas: Educação e Desenvolvimento Humano*, Taubaté, v. 14, n. 25, p. 1-06, 2021. DOI: 10.32813/2179-1120.2021.v14.n1.a600. Disponível em:
<https://rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/600>. Acesso em: 4 out. 2023.

LACERDA, M. C.; ALMEIDA, G. Exclusão “da” e “na” educação superior: os desafios de acesso e permanência para a população trans. *Revista em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 47, p. 232-247, 2021. DOI: 10.12957/rep.2021.56087. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/56087/36724>. Acesso em: 12 out. 2023.

LEMOS, M. S. Por que Riboaldo não pôde viver o amor por Renaldo/Diadorim? A transexualidade no contexto brasileiro. In: SANTOS, A. M.; CARMO, E. M.; MAGNO, L.; PRADO, N. M. B. L. (org.). *População LGBT+*: demandas e necessidades para a produção do cuidado. Salvador: UFBA, 2021. p. 25-50.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, Campinas, v. 19, v. 9, n. 2, p. 17-23, 2008. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pp/a/fZwcZDzPFNctPLxjzSgYvVC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 set. 2023.

LOURO, G. L. Teoria Queer - uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ref/a/64NPxWpgVkJ9BXvLXvTvHMr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 set. 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDES, R. M.; MISKULIN, R. G. S. A análise de conteúdo como uma metodologia. *Revista Caderno de Pesquisa*, São Paulo, v. 47, n. 165, p. 1044-1066, 2017.
DOI: 10.1590/198053143988. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/cp/a/ttbmyGkhjNF3Rn8XNQ5X3mC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 out. 2023.

MINAYO, M. C. S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOREIRA, A. F.; SILVA JÚNIOR, P. M. Currículo, transgressão e diálogo: quando outras possibilidades se tornam necessárias. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, São

Cristóvão, v. 9, n. 18, p. 45-54, 2016. DOI: 10.20952/revtee.v9i18.4962. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/revtee/article/view/4962>. Acesso em: 26 set. 2023.

RIBEIRO, M. L.; OLIVEIRA, J. S.; RAMOS, M. O. Relação professor e estudante na universidade: visão de acadêmicos do curso de Letras. *Revista Internacional Educon*, São Cristóvão, v. 2, n. 1, 2021. Disponível em: <https://grupoeducon.com/revista/index.php/revista/article/view/840>. Acesso em: 22 set. 2023.

RIOS, P. P. S. Reflexões sobre a prática docente na perspectiva da equidade e diversidade sexual e de gênero. *Temporis[ação]*, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 1-22, 2022. DOI: 10.31668/rta.v22i02.12277. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/12277>. Acesso em: 23 set. 2023.

RIOS, P. P. S.; CARDOSO, H. M.; DIAS, A. F. Concepções de gênero e sexualidade d@ss docentes do curso de licenciatura em Pedagogia: por um currículo queer. *Educação & Formação*, Fortaleza, v. 3, n. 8, p. 98-117, 2018. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/272/200>. Acesso em: 14 set. 2023.

Pedro Paulo Souza Rios, Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf)

i  <https://orcid.org/0000-0001-7981-9091>

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), mestre em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos pela Universidade do Estado da Bahia (UESB). Professor na Univasf, campus Senhor do Bonfim. Pesquisador nas temáticas de Gênero, Sexualidade e Diversidade, Currículo, Estágio e Formação Docente na perspectiva da contextualização. Líder do Grupo de Pesquisas e Estudos em Gênero, Sexualidade e Educação no Sertão (Geneses-Sertão). Contribuição de autoria: Escrita textual, revisão de conteúdo e formatação.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4706453501967580>

E-mail: josevictor2699@gmail.com

José Victor Guedes da Silva, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

ii  <https://orcid.org/0009-0007-8526-6738>

Estudante de Psicologia pela UEFS. Bolsista de Iniciação Científica na área de Estudos sobre Relação Discentes e Docentes, com recorte em gênero e diversidade com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Contribuição de autoria: Escrita textual, revisão de conteúdo, análise de dados e formatação.

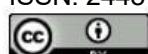
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9599097829681949>

E-mail: sandra.campos@ifrn.edu.br

DISPONIBILIDADE DE DADOS

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Editora responsável: Lia Machado Fiuza Fialho



Pareceristas ad hoc: Albino Luciano Portela de Sousa e José Silva Tprack

Como citar este artigo (ABNT):

RIOS, Pedro Paulo Souza; SILVA, José Victor Guedes da. Relação professor-estudante à luz da diversidade sexual e das práticas docentes. *Educação & Formação*, Fortaleza, v. 10, e15342, 2025. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/e15342>



Recebido em 29 de abril de 2025.

Aceito em 31 de outubro de 2025.

Publicado em 01 de dezembro de 2025.